

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
662.186 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO
HORIZONTE S/A - BHTRANS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICIPIO DE BELO
HORIZONTE
RECDO.(A/S) : MARIA DA CONCEIÇÃO BALTAZAR DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : MARCELE FERNANDES DIAS

DESPACHO: A Empresa Pública de Transporte e Circulação S.A - EPCT requer sua admissão no feito na qualidade de *amicus curiae*, conforme petição de n. 66.434/2012 STF [fl. 254/256].

A pertinência do tema a ser julgado por este Tribunal com as atribuições institucionais da requerente legitima a sua atuação.

Ademais, na sessão do dia 22 de abril de 2009, no julgamento da ADI-AGR n. 4.071 (Rel. Min. Menezes Direito, DJ de 15.10.2009), o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que os pedidos de ingresso dos *amici curiae* poderão ser formulados até a inclusão do processo em pauta para julgamento, o que revela a tempestividade deste pedido.

Assinalo, por necessário, que, em face de precedentes desta Corte, notadamente daquele firmado na ADI 2.777-QO/SP, o *amicus curiae*, uma vez formalmente admitido no processo de controle abstrato de constitucionalidade, tem o direito de proceder à sustentação oral de suas razões, observado, no que couber, o § 3º do artigo 131 do RISTF, na redação conferida pela Emenda Regimental n. 15/2004.

Ex positis, **admito** o ingresso da Empresa Pública de Transporte e Circulação S.A - EPCT no feito, na qualidade de *amicus curiae*, na forma do artigo 7º da Lei n. 9.868/99.

À Secretaria para que proceda às anotações. Publique-se. Int..

Brasília, 21 de março de 2013.

Ministro LUIZ FUX

Relator

Documento assinado digitalmente